



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Mudanças Climáticas e PNEA: Estratégias Pedagógicas no Município de São Vicente - SP

Julia Valle Silva^{1,1}

¹ Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia do Mar. Universidade Federal de São Paulo. julia.valle@unifesp.br

GT15 - Políticas Públicas de Educação Ambiental: planejamento, execução, monitoramento e avaliação de iniciativas estruturantes que fortaleçam as (r)existências

RESUMO

Este estudo analisou as estratégias pedagógicas dos professores de três escolas municipais de São Vicente-SP para a inclusão da educação ambiental climática. Destaca-se a importância de abordar temas ambientais e climáticos no currículo, já que os alunos são agentes essenciais na mudança de comportamento para a adaptação e mitigação dos impactos das mudanças climáticas, contribuindo para a justiça climática e social. Professores, como burocratas de nível de rua (BNR), atuam na implementação municipal da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). A pesquisa, qualitativa e baseada na metodologia de Pesquisa Ação Participativa (PAR), envolveu entrevistas em grupo focal e formulários com docentes da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Os resultados mostram predominância de atividades interdisciplinares, diversidade temática com ênfase em resíduos e mudanças climáticas, e a necessidade de ampliar o suporte pedagógico para a Educação Infantil na introdução do tema.

Palavras-chave:

Crise climática; currículos escolares; educação ambiental; políticas públicas.

Destaques (highlights)

¹ Este trabalho foi viabilizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por meio do projeto “Co-planejamento para justiça climática no município de São Vicente: desenvolvimento de ferramentas para tomada de decisão baseada no território com evidências científicas e comunitárias” (Processo nº 2023/10280-2), ao qual esta pesquisa está vinculada.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

- A maioria das atividades pedagógicas analisadas foi classificada como interdisciplinar, refletindo alinhamento com as diretrizes do PNEA.
- Temas como resíduos, mudanças climáticas, sensibilização e preservação ambiental foram os mais recorrentes entre as atividades desenvolvidas.
- Apenas 12 atividades mencionaram explicitamente os termos “Justiça Climática” e “Mudanças Climáticas”, revelando desafios na incorporação desses conceitos.
- Observou-se uma menor presença de atividades voltadas à Educação Infantil, indicando desafio na abordagem do tema nos primeiros anos escolares.

INTRODUÇÃO

A crescente preocupação com as questões ambientais, especialmente no que tange às mudanças climáticas, tem levado a uma série de ações e políticas públicas voltadas para a educação ambiental.

Nesse contexto, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795 de 1999, estabelece diretrizes para a integração de questões ambientais no processo educativo em todo o território nacional (BRASIL, 1999). A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) passou por uma atualização significativa com a sanção da Lei nº 14.926, em 17 de julho de 2024, que modifica a Lei nº 9.795, de 1999. Essa nova legislação destaca a necessidade de integrar, de maneira mais aprofundada, temas como mudanças climáticas, proteção da biodiversidade e gestão de riscos socioambientais, com foco na prevenção de desastres naturais.

A inclusão dessas questões na educação ambiental reflete a crescente importância de capacitar a sociedade para enfrentar os desafios da crise climática e ambiental. Com a nova norma, a educação ambiental passa a ser vista não apenas como uma ferramenta de conscientização, mas também como um caminho para fortalecer a resiliência da população frente aos impactos da degradação ambiental. A legislação contribui para a construção de uma sociedade mais preparada para enfrentar os desafios globais e locais relacionados ao meio ambiente (BRASIL, 2024).



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

A mudança climática é um conteúdo complexo, com ligações socioecológicas relevantes. Por essa razão, competências para resolução de problemas e tomada de decisão são essenciais em vários níveis, desde a comunidade científica até o cidadão. As mudanças climáticas têm sido tema prioritário em debates, fóruns e acordos internacionais. No entanto, educadores e formuladores de políticas públicas ainda carecem de conhecimentos para a inclusão do tema na agenda política e diretrizes educacionais. O que evidencia a necessidade de revisar e adaptar programas e currículos educacionais para que os estudantes tenham a capacidade de desenvolver competências, capacidades e atitudes, com o intuito de se prevenir e adaptar aos impactos climáticos evidentes e iminentes (GIBB, 2016). Desse modo, os sistemas educacionais deveriam facilitar e proporcionar um caminho mais direto de colaboração com a mitigação, adaptação e redução dos efeitos climáticos.

A educação é vista como um dos métodos que podem auxiliar no processo de aprendizado sobre as causas e ameaças das mudanças climáticas (CHERRY, 2011). Trata-se de um instrumento fundamental para o empoderamento das crianças e adolescentes na promoção de uma ação climática que busque a luta contra as injustiças sociais e territoriais. Crianças e adolescentes desempenham um papel essencial na mudança de comportamento da comunidade devido à sua alta capacidade de comunicação e engajamento.

Investir na educação infanto-juvenil é fundamental, urgente e estratégico para um desenvolvimento inclusivo de comunidades resilientes e responsivas ao clima. Os efeitos resultantes das mudanças climáticas aumentam a exposição aos riscos, prejudicando ainda mais a capacidade adaptativa das comunidades em situação de alta vulnerabilidade. Às crianças e adolescentes, especialmente aquelas em vulnerabilidade, estão expostas a múltiplos riscos relacionados às mudanças climáticas (UNICEF, 2015). Assim, é importante adaptar as estratégias, ferramentas e metodologias de ensino sobre mudanças climáticas ao contexto de comunidades escolares em que a justiça climática ainda não é um tema que faz parte das discussões interdisciplinares.

Segundo Lipsky (2010), os burocratas de nível de rua (BNR) são funcionários que atuam diretamente com os usuários na prestação de serviços públicos em condições de recursos limitados. Esses profissionais, como policiais, professores e agentes de saúde, são essenciais na implementação cotidiana de políticas públicas. Eles enfrentam decisões sem informações ou diretrizes claras, exigindo soluções inovadoras para conciliar o planejamento original com



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

demandas imprevistas, utilizando a discricionariedade na tomada de decisões (LOTTA, 2019). Entender seu papel é fundamental para avaliar como o Estado transforma políticas em ações concretas e consolida sua autoridade social.

A pesquisa busca responder a pergunta: *Como os professores abordam a educação ambiental climática em sala de aula?*. Este artigo possui como objetivo *analisar as estratégias adotadas pelos professores de três escolas municipais de São Vicente-SP na inclusão e abordagem da educação ambiental climática*.

A fim de se alcançar o objetivo geral da pesquisa foram desenvolvidos dois objetivos específicos, sendo eles: *1. Identificar as estratégias pedagógicas adotadas pelos docentes para abordar a educação ambiental climática; 2. Analisar o conteúdo das atividades desenvolvidas pelos professores em sala de aula*.

A temática de Educação Ambiental no município de São Vicente foi introduzida com a sanção da Lei Ordinária nº 2.162-A, em 16 de maio de 2009, que criou o Programa Municipal de Educação Ambiental e Consciência Ecológica. O principal objetivo dessa legislação é promover ações que conscientizem e eduquem a população sobre a importância da preservação ambiental e da sustentabilidade. A lei busca integrar a educação ambiental tanto nas escolas quanto em outras áreas da sociedade, abordando questões ambientais de forma transversal. Dessa maneira, visa sensibilizar os cidadãos desde a infância até a vida adulta, incentivando-os a assumir a responsabilidade ecológica (SÃO VICENTE, 2009).

No município de São Vicente, as escolas municipais têm buscado se adequar às exigências da PNEA, mas a inclusão de temas tão complexos e atuais como as mudanças climáticas ainda representa um grande desafio. Nesse contexto, é fundamental analisar as atividades realizadas pelos professores para abordar as mudanças climáticas, identificando as estratégias pedagógicas utilizadas e os desafios encontrados. Esse entendimento é essencial para aprimorar a prática pedagógica dos docentes e promover uma abordagem mais eficaz dos temas ambientais nas escolas municipais de São Vicente.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com professores da rede municipal de ensino em três escolas no município de São Vicente - SP. A escolha das escolas para o desenvolvimento do projeto foi feita em conjunto com a Secretaria de Educação Municipal de São Vicente (SEDUC), onde

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

foram selecionadas três instituições localizadas no bairro da Vila Margarida, conhecido como México 70.

As escolas selecionadas foram uma Educação Infantil (EI) e duas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs). Essas escolas atendem crianças desde a educação infantil até o ensino fundamental, sendo que a EMEF 1 abrange as modalidades de Ensino Infantil e Fundamental I e II, e a EMEF 2 oferece apenas Ensino Fundamental I e II, e a EI somente Educação Infantil.

A localização das escolas foi um fator importante, pois o bairro enfrenta desafios relacionados às mudanças climáticas, como enchentes e variações extremas de temperatura. A comunidade, caracterizada por baixa renda e vulnerabilidade, carece de recursos para lidar com tais impactos.

A pesquisa foi conduzida por meio da Pesquisa-Ação Participativa (PAR), com os professores de 3 (três) escolas municipais de São Vicente - SP, na inclusão dos temas da educação ambiental e climática no processo de ensino-aprendizagem. A Pesquisa Ação Participativa (PAR) é uma metodologia que envolve a colaboração ativa entre pesquisadores e as comunidades ou grupos diretamente impactados por um determinado problema (CLIMATE-U, 2021). A PAR busca em seu processo de desenvolvimento realizar a pesquisa em conjunto com os atores envolvidos na realidade estudada, e diferencia-se da lógica de pesquisar “sobre” estes (CLIMATE-U, 2021).

De acordo com a PAR, a abordagem de investigar problemas reais, como a adaptação e mitigação das mudanças climáticas, está alicerçada em princípios que priorizam a participação ativa dos indivíduos envolvidos (CLIMATE-U, 2021). Esse enfoque visa não só entender a situação, mas também capacitar os participantes a contribuir ativamente na formulação de soluções que sejam adequadas e eficazes, refletindo as necessidades e contextos das comunidades afetadas (CLIMATE-U, 2021).

Justifica-se a escolha dessa metodologia para o desenvolvimento da pesquisa uma vez que esta permite uma abordagem mais próxima da realidade dos participantes e um envolvimento ativo dos envolvidos na comunidade escolar.

Em relação às fontes de informação, foram utilizadas fontes de dados primários, obtidos junto aos próprios professores de ensino infantil e ensino fundamental de três escolas



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

municipais de São Vicente a fim de realizar o levantamento de atividades e práticas pedagógicas utilizadas por eles.

Para a coleta de dados foi utilizada a técnica Grupo Focal, que consiste em entrevistas em grupos que têm ênfase na interação entre os integrantes, a partir de instruções e tópicos fornecidos por moderadores, a fim de gerar dados e *insights* (MORGAN, 1997). Esta técnica foi utilizada na coleta de dados primários, cujo grupo focal foi composto por professores das três escolas da rede municipal de ensino de São Vicente-SP que aconteceram durante o Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC).

Durante encontro com o grupo focal de professores foi realizada a aplicação de formulário, que diz respeito a *“instrumentos essenciais para a investigação social cujo sistema de coleta de dados consiste em obter informações diretamente do entrevistado.”* (Marconi & Lakatos, 1999). No caso da pesquisa, a aplicação do formulário teve como objetivo a coleta dos dados, no que tange às atividades já realizadas pelos professores em sala de aula a respeito dos temas de educação ambiental, mudanças climáticas e justiça climática. Cujas colunas a serem preenchidas com as respectivas informações por parte dos professores era composta por *“Aula/Ano”*, *“Objetivo”*, *“Descrição”* das atividades.

A técnica de análise de dados que será utilizada sob os dados produzidos na pesquisa será a Análise temática do conteúdo, sendo este um método de análise qualitativa que visa identificar, analisar, interpretar e elencar padrões existentes nos dados qualitativos da pesquisa (Braun & Clarke, 2006). O processo de categorização envolveu um agrupamento dos dados de acordo com temas centrais de cada resposta, permitindo uma estruturação mais clara e compreensível destes. Cada categoria foi formada a partir das características comuns identificadas, levando em consideração os padrões recorrentes nas respostas da comunidade e nas observações dos educadores (Braun & Clarke, 2006).

RESULTADO E DISCUSSÃO

As estratégias pedagógicas referem-se aos diferentes procedimentos planejados e aplicados pelos educadores com o objetivo de alcançar suas metas de ensino. Elas englobam métodos, técnicas e práticas utilizadas como ferramentas para acessar, gerar e comunicar o conhecimento.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Para a análise das atividades desenvolvidas pelos professores, utilizou-se a categorização temática proposta por Braun e Clarke (2006). As categorias desenvolvidas foram: N° ATIVIDADE; MODALIDADE/ ANO; COMPONENTE CURRICULAR (BNCC), TEMA e TRATA DA JC E MC DIRETAMENTE.

No total, foram entregues 50 atividades pedagógicas pelas três escolas participantes: EMEF 1 (18 atividades), EI (7 atividades) e EMEF 2 (25 atividades). Destas, 28 foram direcionadas ao Ensino Fundamental e 11 à Educação Infantil. Outras 11 atividades, não apresentavam indicação clara da etapa de ensino e foram categorizadas como N/A.

Quanto ao Componente Curricular (BNCC), foram identificadas atividades distribuídas entre diferentes áreas do conhecimento. Dentre elas, atividades relacionadas à disciplina de Ciências (7), Língua Portuguesa (5), Geografia (5), Matemática (4), Artes (3) e História (2). No caso da Educação Infantil, destacam-se atividades nos campos "Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações" (7), "Traços, sons, cores e formas" (1) e "O eu, o outro e o nós" (2). Além disso, 14 atividades de caráter interdisciplinar também foram identificadas.

A análise dos temas nas atividades mostrou grande diversidade, com muitas integrando mais de um tema, resultando em mais ocorrências que atividades. Para preservar suas especificidades, os temas foram organizados em categorias gerais com suas variações indicadas.

Entre os temas mais recorrentes, destacam-se resíduos (11), mudanças climáticas (11), sensibilização (9), preservação ambiental (6), reconhecimento do território (6) e água (5). Outros temas relevantes foram degradação ambiental (4), padrões de consumo (4), eficácia das mudanças climáticas (3), justiça climática (3), recicláveis (3), e aritmética (3).

Temas menos frequentes, com abordagens específicas, incluem interpretação de texto, condições atmosféricas, poluição ambiental e reciclagem (2 ocorrências cada). Outros temas aparecem uma única vez, abrangendo impactos ambientais, conscientização, cultura, ciências e saúde.

Foram identificadas atividades que tratam diretamente dos termos Justiça Climática (JC) e Mudanças Climáticas (MC), ou seja, mencionam explicitamente essas expressões nos objetivos ou descrições. Foram encontradas 12 atividades com essa característica, respectivamente por escola: EMEF 1 (5), EI (2) e EMEF 2 (5). Destas, 4 são direcionadas à Educação Infantil, 3 não têm modalidade especificada (N/A) e 5 ao Ensino Fundamental.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

Relacionando as atividades que compõem esta categoria com o componente curricular (BNCC), foram identificadas as interdisciplinares (4), Ciências (2), "Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações" (2), "Traços, sons, cores e formas" (1).

A abordagem interdisciplinar favorece a integração de diferentes conteúdos, permitindo que temas como Mudanças Climáticas (MC) e Justiça Climática (JC) sejam trabalhados de forma ampla, sem restrição a disciplinas específicas. Essa perspectiva é coerente com a Lei nº 9.795/99, que orienta a Educação Ambiental como prática interdisciplinar, visando à formação crítica e à capacitação dos alunos para compreender e enfrentar problemas socioambientais.

A prática interdisciplinar também está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução nº 02/2012), o que indica que as escolas analisadas têm buscado alinhar suas ações às normas vigentes. Os dados levantados mostram que a interdisciplinaridade tem sido incorporada nas propostas docentes.

Os docentes apontaram a inclusão transversal de Justiça Climática (JC) e Mudanças Climáticas (MC) como uma oportunidade pedagógica relevante (DEVELEY *et al*, 2024). A análise das atividades revela que a maioria das que tratam diretamente desses temas foi classificada como interdisciplinar (4), o que também se reflete no conjunto geral, em que a abordagem interdisciplinar é predominante (14). No entanto, destaca-se como desafio a adaptação do conteúdo por faixa etária (DEVELEY *et al*, 2024), especialmente na Educação Infantil, onde as atividades são minoria. Isso evidencia a necessidade de fortalecer a formação docente para que os professores estejam preparados para discutir essas temáticas desde os anos iniciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das atividades pedagógicas desenvolvidas nas três escolas participantes evidencia o esforço dos docentes em incorporar temáticas ambientais e climáticas ao cotidiano escolar, com destaque para a predominância de propostas de caráter interdisciplinar. Essa abordagem não apenas dialoga com as diretrizes da Lei nº 9.795/99 e da Resolução nº 02/2012, como também amplia as possibilidades de ensino, permitindo conexões significativas entre diferentes áreas do conhecimento.

A diversidade temática identificada nas atividades, com ênfase em resíduos, mudanças climáticas e sensibilização, indica um movimento intencional por parte dos professores em



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

promover reflexões sobre questões socioambientais relevantes. Ainda que a menção direta aos termos “Justiça Climática” e “Mudanças Climáticas” seja restrita a parte das atividades analisadas, o contexto dos temas abordados revela um alinhamento com os objetivos da Educação Ambiental crítica e transformadora.

Por outro lado, os dados revelam desafios importantes, como a baixa frequência de atividades voltadas à Educação Infantil, o que aponta para a necessidade de fortalecer a formação docente, especialmente no que se refere à adaptação de conteúdos por faixa etária. A atuação dos professores demonstra consciência das limitações e, ao mesmo tempo, engajamento na busca por soluções pedagógicas que contribuam para a implementação efetiva da Educação Ambiental e Climática nas escolas públicas municipais.

As dificuldades encontradas pelos docentes na implementação do tema abrem espaço para o uso da discricionariedade (LOTTA, 2019) desses atores enquanto burocratas de nível de rua (BNR) (LIPSKY, 2010), no que diz respeito à forma e conteúdo de abordagem quanto a educação ambiental e climática nas escolas, o que pode significar um gargalo no que tange a implementação do PNEA no município

Nesse sentido, é fundamental que políticas públicas de formação continuada e apoio pedagógico considerem essas realidades locais, potencializando as ações já em curso e ampliando as condições para que temas como Justiça Climática e Mudanças Climáticas sejam integrados de forma sistemática, crítica e inclusiva desde os primeiros anos da educação básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 14.926, de 17 de julho de 2024. Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 jan. 2025.

BRAUN, V.; CLARKE, V. “Using Thematic Analysis in Psychology.” *Qualitative Research in Psychology*, vol. 3, no. 2, 2006, pp. 77–101, Disponível em: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

CHERRY, L. Young Voices on Climate Change: The Paul F-Brandwein 2010 NSTA Lecture. **Journal of Science Education and Technology**, v. 20, n. 2, p. 208–213, 22 fev. 2011.

CLIMATE-U. Protocolo para Pesquisa-Ação Participativa sobre o Papel das Universidades na Justiça Climática: Princípios e Ferramentas. **Transforming Universities for a Changing Climate Working Paper Series**, No. 3, 2021.

DEVELEY, L.; CSEH, A.; TEIXEIRA, R. Mudanças e justiça climáticas no contexto escolar: conhecimentos, interesses, oportunidades e desafios em escolas municipais de São Vicente/SP-Brasil. In: SIMPÓSIO INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIA AMBIENTAL, 5., 2024, São Paulo. **Anais do V Simpósio Interdisciplinar de Ciência Ambiental**, p. 243, 2024. DOI: 10.6084/m9.figshare.28755059.

GIBB, N. Getting climate-ready: a guide for schools on climate action. **UNESCO eBooks**, 1 jan. 2016.

LIPSKY, M. **Street-level bureaucracy : dilemmas of the individual in public services**. New York: Russell Sage Foundation, 2010.

LOTTA, G. **A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas**. In: LOTTA, G. (org.). Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil. 1. ed. São Paulo: FGV, 2019. p. 45-65.

MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa : planejamento e execução de pesquisas ; amostragens e técnicas de pesquisa ; elaboração, análise e interpretação de dados**. 8ª. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 328

MORGAN, D. L. **Focus groups as qualitative research**. Thousand Oaks, Calif.; London: Sage, 1997.

SÃO VICENTE. Lei nº 2.162-A, de 16 de maio de 2009. Institui o Programa Municipal de Educação Ambiental e Consciência Ecológica e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de São Vicente*, São Vicente, 16 mai. 2009.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

UNICEF. **Unless we act now- The impact of climate change on children.** New York: United Nations Children's Fund, 2015.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

